



Número: **0000303-10.2020.8.17.2218**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Goiana**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JULIANA LUIZA DO NASCIMENTO (AUTOR)		EDUARDO RICARDO ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70217765	28/10/2020 11:15	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

1ª Vara Cível da Comarca de Goiana

Rua Historiador Antonio Correia de Oliveira Andrade Filho, s/n, Fórum Des. Nunes Machado, Loteamento Boa Vista,
GOIANA - PE - CEP: 55900-000 - F:(81) 36268553

Processo nº **0000303-10.2020.8.17.2218**

AUTOR: JULIANA LUIZA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA:

Proposta ação de cobrança securitária DPVAT, sob o argumento que em 19 de novembro de 2018 em decorrência de acidente de trânsito, sofreu lesões gravíssimas, submetido à cirurgia e tratamento médico, acometido de invalidez permanente.

Deferida a gratuidade processual.

Contestação. Necessária retificação do polo passivo. Alegou ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, sendo necessária a apresentação de laudo conclusivo do IML. Argumentou ocorrência de prescrição da pretensão indenizatória. A cobertura do acidente é averiguada conforme o grau de comprometimento funcional dos órgãos, membros ou funções atingidas. As sequelas devem ser irreversíveis e conforme a natureza, total ou parcial, aplica-se o percentual previsto na Tabela de Danos Pessoais. Necessária realização de perícia. A indenização não está vinculada ao salário mínimo. Os juros de mora devem incidir da citação e a correção monetária da data do ajuizamento da ação. Os honorários advocatícios devem respeitar o limite de 10%. Prequestionou a matéria.

Érelatório.

Decido.

Conforme o laudo pericial o autor as lesões apresentadas pela autora são leves na mão esquerda e respeitam os limites de 50% da tabela.

Constatou o perito que o autor é portador de sequelas morfológicas ou funcionais, no grau médio de 50%, porém, considerando que o mesmo já percebeu o valor de 1.687,50 (hum mil seiscentos oitenta e sete reais e cinquenta centavos), não há outro valor a ser recebido nesses autos.

Consta nos autos que a parte autora já percebeu administrativamente valor referente as lesões apresentadas, que ao tempo dos fatos, correspondia a maior.

Inocorrente invalidez permanente, não prospera a cobrança de seguro complementar



obrigatório DPVAT.

A respeito já decidido:

“Apelação cível. Seguro obrigatório (DPVAT). Interposição contra decisão que julgou improcedente ação de cobrança (DPVAT). Apelante não comprovou sua alegada invalidez permanente. Sentença mantida” (Apelação nº 0126610- 92.2009.8.26.0100, 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, rel. Mario A. Silveira, j. 27.07.2011).

“Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. Acidente de trânsito. Ferimentos graves. Inexistência de cobertura. Invalidez permanente não comprovada. Pedido julgado improcedente. Apelo improvido. O seguro obrigatório não se destina a cobrir ferimentos, que não se confundem com invalidez permanente; e esta não ocorreu, segundo os laudos periciais do IML e do jurisperito” (Apelação com Revisão nº 0000471-47.2003.8.26.0572, 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, rel. Mendes Gomes, j. 1.08.2011).

Inocorrente invalidez permanente, a que alude o caput do art.3º da Lei nº 6.194/74, indevida é a indenização securitária.

Não basta ter ocorrido o acidente, há necessidade de a vítima ter sofrido danos físicos que a impedem de exercer a atividade ou que dificultem seu trabalho. Não é a hipótese dos autos.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido. Arcará o autor com o pagamento de custas e honorários advocatícios fixados em R\$1.000,00 (art.85, § 8º, do CPC), observada a gratuidade. A parte ré liquidará, no prazo de 15 (quinze) dias, os honorários periciais no valor de R\$ 200,00, fixados em favor do Dr. Dimas Caiaffo, CRM/PE 20862.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, e cumprida as diretrizes da sentença, dê-se baixa e arquivem-se.

Havendo a interposição de recurso de apelação, considerando que não há mais juízo de admissibilidade neste grau de jurisdição (art. 1.010 §3º do Código de Processo Civil), intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Apresentadas preliminares nas contrarrazões acerca de matérias decididas no curso da lide que não comportavam recurso de agravo de instrumento, intime-se a parte contrária para se manifestar especificamente sobre esse ponto, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 1.009, §2º, do Código de Processo Civil).

Escoado o prazo sem manifestação, após certificação pelo cartório, ou juntadas as contrarrazões sem preliminares ou sobre estas já tendo a parte contrário se manifestado, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com nossas homenagens.

Goiana, 28 de outubro de 2020.

Maria do Rosario Arruda de Oliveira

Juíza de Direito

